

Águas e Energia do Porto, E.M.
NIF: 507718666
Rua Barão de Nova Sintra, 285
Apartado 3504 | 4300-367 Porto
Tel. +351 22 519 08 00
Fax: +351 22 519 05 50
geral@aguasdoporto.pt
www.aguasdoporto.pt



Caderno de Encargos



Aquisição de Serviços de:

Segurança no Trabalho para a AEdP

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL N.º 795CPI25

DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.^a **Contrato**

- 1 - O Contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
- 2 - O Contrato a celebrar integra ainda os elementos referidos no artigo 96.º do Código dos Contratos Públicos (doravante abreviadamente designado CCP).

Cláusula 2.^a **Obrigações principais do adjudicatário**

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas Cláusulas Contratuais, da celebração do Contrato decorrem as seguintes obrigações principais:

- a) Executar o objeto do Contrato de forma profissional e competente, utilizando os conhecimentos técnicos, o *know-how*, a diligência, o zelo e a pontualidade próprios das melhores práticas;
- b) Efetuar a prestação de serviços identificada na sua proposta à entidade adjudicante, conforme as Cláusulas e Especificação Técnicas do presente Caderno de Encargos, dentro do prazo previsto nas peças do procedimento;
- c) Comunicar antecipadamente, logo que tenha conhecimento, à entidade adjudicante, o facto que torne total ou parcialmente impossível a prestação objeto do procedimento, ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações nos termos do Contrato;
- d) Não alterar as condições da prestação de serviços fora dos casos previstos do presente Caderno de Encargos;
- e) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do Contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;
- f) Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no Contrato;
- g) Disponibilizar a informação relevante para a gestão do Contrato;
- h) Cumprir as regras de segurança e restantes obrigações laborais nos termos da legislação em vigor;
- i) Guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à entidade adjudicante, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato e, em particular, de todo e qualquer



dado de natureza pessoal dos clientes da entidade adjudicante, a que tenha acesso no âmbito da execução do contrato, assinando declaração sob compromisso de honra para esse efeito;

j) Responder por qualquer erro, deficiência ou omissão na prestação de serviços, qualquer que seja a sua origem e qualquer momento em que seja detetado;

k) Incurrir em todos os encargos e responsabilidades decorrentes da utilização, na execução da prestação de serviços, de materiais, hardware, software ou de outros a que respeitem quaisquer patentes, licenças, marcas, desenhos registados e outros direitos de propriedade industrial, direitos de autor ou conexos;

l) Analisar e levar em consideração todas as situações e circunstâncias relevantes para a execução da prestação de serviços;

m) Identificar um interlocutor para articulação com o Gestor do Contrato da entidade adjudicante.

n) Não fazer uso de meios publicitários relativos ao contrato, sem prévia autorização da entidade adjudicante.

o) Afetar os recursos humanos, materiais, informáticos e tecnológicos que garantam efetivamente e a todo o tempo o cumprimento integral dos serviços e níveis de serviços descritos nas Disposições Particulares e/ou Cláusulas Técnicas do presente Caderno de Encargos.

o.i) Os recursos humanos a afetar à prestação de serviços estão no âmbito de organização e sob autoridade do adjudicatário não existindo qualquer vínculo laboral com a entidade adjudicante.

o.ii) O adjudicatário obriga-se a afetar os recursos humanos com idoneidade moral, aptidão física, psicológica e emocional, que reúna as condições de natureza técnico-profissional adequadas à boa execução da prestação de serviço e assegurar que tem a formação profissional exigida.

o.iii) A entidade adjudicante poderá solicitar a qualquer momento a substituição de pessoal envolvido na prestação de serviços.

p) Garantir o cumprimento das normas de Segurança e Saúde no Trabalho, Segurança Alimentar e Ambiente, nos termos da legislação e/ou regulamentação interna, se aplicável.



Cláusula 4.^a **Transferência da propriedade**

1 - Com a conclusão, parcial e/ou total da prestação de serviços, ocorre a transferência da posse e da propriedade dos elementos a desenvolver ao abrigo do Contrato, para a entidade adjudicante, incluindo os direitos autorais sobre todas as criações intelectuais abrangidas pelos serviços a prestar.

2 - Pela cessão dos direitos a que alude o número anterior não é devida qualquer contrapartida para além do preço a pagar nos termos do presente Caderno de Encargos.

Cláusula 5.^a **Conformidade e Garantia Técnica**

O adjudicatário fica sujeito a prestar as obrigações de garantia, com as devidas adaptações e no que se refere aos elementos entregues à entidade adjudicante em fase de execução de Contrato, às exigências legais, obrigações de fornecedor e prazos respetivos aplicáveis aos Contratos de prestação de serviços, nos termos do CCP e demais legislação aplicável.

Cláusula 6.^a **Penalidades contratuais**

1 - Pelo incumprimento de obrigações emergentes do Contrato, a entidade adjudicante pode exigir do adjudicatário o pagamento de uma sanção pecuniária, de montante a determinar em função da gravidade do incumprimento, sendo esta em caso de incumprimento dos prazos de execução dos serviços contratados calculada em **1% (um por cento)** do preço contratual por cada semana de atraso.

2 - A entidade adjudicante pode compensar os pagamentos devidos com sanções pecuniárias devidas, desde que tenha procedido previamente à notificação do adjudicatário, assegurando o contraditório.

3 - As penas pecuniárias previstas na presente Cláusula não obstam a que a entidade adjudicante exija uma indemnização pelos danos excedentes.

4 - O eventual incumprimento das demais obrigações contratuais por parte do adjudicatário confere à entidade adjudicante a faculdade de rescindir de imediato o Contrato, nos termos da Cláusula que estabelece os termos da resolução por parte do contraente público, com o consequente acionamento das garantias nele prestadas.

5 - As Penalidades previstas pela presente Cláusula podem ser, no todo ou em parte, substituídas pelas previstas nas Disposições Particulares e/ou Cláusulas Técnicas.



Cláusula 7.^a **Força maior**

1 - Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do Contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2 - Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3 - Não constituem força maior, designadamente:

- a) No caso de existirem subcontratados do adjudicatário, aquelas circunstâncias, compreendidas na parte em que intervenham, para as quais não se verifiquem os requisitos do número anterior;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4 - A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5 - A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao



impedimento resultante da força maior. A força maior determina a modificação ao contrato, nomeadamente no que à prorrogação do prazo concerne, pelo período correspondente ao impedimento de força maior, conforme a Cláusula 90.^a do presente Caderno de Encargos e da alínea a) do artigo 312.º do CCP.

Cláusula 8.^a **Receção dos elementos a produzir ao abrigo do Contrato**

- 1 - No prazo de 15 dias úteis, do mês seguinte à realização dos serviços referentes a cada fase de execução do Contrato, ou em prazo diferente estipulado nas Disposições Particulares ou e/ou Cláusulas Técnicas, a entidade adjudicante procede à respetiva análise, com vista a verificar se os mesmos reúnem as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.
- 2 - No caso previsto no número anterior, o adjudicatário deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pela entidade adjudicante, às alterações e complementos necessários para garantir o cumprimento das exigências legais e do disposto no Contrato.

Cláusula 9.^a **Modificações objetivas ao Contrato**

- 1 - O contrato pode ser modificado por:
 - a) Acordo das partes, que não pode revestir forma menos solene do que a do contrato;
 - b) Decisão judicial ou arbitral, exceto nos casos em que a modificação interfira com o resultado do exercício da margem de livre decisão administrativa subjacente ao mesmo ou implique a formulação de valorações próprias do exercício da função administrativa;
 - c) Ato administrativo do contraente público, nos casos previstos na alínea c) do artigo seguinte.
- 2 - A modificação do contrato pode ter como fundamento:
 - a) Cláusulas contratuais que indiquem de forma clara, precisa e inequívoca o âmbito e a natureza das eventuais modificações, bem como as condições em que podem ser aplicadas;
 - b) A alteração anormal e imprevisível das circunstâncias em que as partes tenham fundado a decisão de contratar, desde que a exigência das obrigações por si assumidas afete gravemente os princípios da boa-fé e não esteja coberta pelos riscos próprios do contrato;
 - c) Razões de interesse público decorrentes de necessidades novas ou de uma nova ponderação das circunstâncias existentes.



3 - Em casos excecionais e devidamente justificados, pode a entidade adjudicante modificar o contrato a pedido do adjudicatário, nomeadamente prorrogando o prazo de execução do contrato, desde que os motivos não sejam imputáveis à contraparte.

Cláusula 10.^a **Seguros**

1 - É da responsabilidade do adjudicatário a cobertura de todos os riscos inerentes às obrigações contratadas, incluindo aqueles que importem responsabilidade civil extracontratual, bem como seguro de acidentes de trabalho.

2 - A entidade adjudicante pode exigir prova documental da celebração de contratos de seguro que cubram os riscos no número anterior, desde que, por lei, esses contratos sejam exigíveis.

Cláusula 11.^a **Subcontratação e cessão da posição contratual**

1 - A subcontratação por parte do adjudicatário de quaisquer serviços que lhe tenham sido adjudicados depende, sempre, de prévia autorização da Entidade Adjudicante, nos termos do disposto no artigo 319.º do CCP.

2 - Sem prejuízo do estabelecido no número anterior, o adjudicatário está obrigado a assegurar o cumprimento dos requisitos constantes dos números 3 e 6 do artigo 318.º do CCP, mediante a apresentação de uma proposta fundamentada e instruída com todos os documentos comprovativos da verificação dos requisitos que seriam exigíveis para a autorização da subcontratação no próprio contrato.

3 - A subcontratação está vedada nas seguintes situações:

- a) Quando a escolha da entidade adjudicante tenha sido determinada por ajuste direto, nos casos em que só possa ser convidada uma entidade;
- b) Às entidades abrangidas pelas causas de impedimento previstas no artigo 55.º do CCP;
- c) Quando existam fortes indícios de que a cessão da posição contratual ou a subcontratação resultem de atos, acordos, práticas ou informações suscetíveis de falsear as regras de concorrência.

4 - A entidade adjudicante pode opor-se à subcontratação na fase de execução do contrato quando haja fundado receio de que a subcontratação envolva um aumento de risco de incumprimento das obrigações emergentes do contrato.

5 - Todos os subcontratos devem conter uma cláusula na qual o subcontratado declara conhecer, integralmente, o presente Caderno de Encargos, nomeadamente, as cláusulas referentes à subcontratação e ao pagamento direto aos Subcontratados.



6 – O disposto nos números anteriores é igualmente aplicável aos contratos celebrados entre os Subcontratados e terceiros.

7 – A responsabilidade pelo exato e pontual cumprimento de todas as obrigações contratuais é do adjudicatário, ainda que as mesmas sejam cumpridas por recurso a Subcontratados.

8 – O incumprimento do previsto no número 5, é considerado uma violação grave do contrato, podendo a entidade adjudicante aplicar ao adjudicatário, uma sanção contratual, no valor de até €5.000,00 (cinco mil euros), com limite de 10% (dez por cento) do valor contratual, por cada violação verificada.

Cláusula 12.^a **Liberação da caução**

Não aplicável.

Cláusula 13.^a **Faturação e Pagamento**

1 - A(s) quantia(s) devida(s) pela entidade adjudicante, nos termos do presente Caderno de Encargos, deve(m) ser paga(s) no prazo de 60 dias após a receção por aquela das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação objeto do contrato.

2 - A(s) quantia(s) devida(s) pela entidade adjudicante, nos termos do presente Caderno de Encargos, pode(m) ser excecionalmente paga(s) no prazo 30 dias ou a pronto pagamento, após a receção por aquela das respetivas faturas, se pelo adjudicatário for proposto desconto.

3 - Para os efeitos do disposto nos números anteriores, a obrigação considera-se vencida mensalmente, de acordo com os serviços prestados, mediante a apresentação de mapas de horas validados pelo gestor de contrato, devendo a fatura referenciar o código do presente procedimento e o número da nota de encomenda, sob pena de devolução.

4 - Em caso de discordância por parte da entidade adjudicante, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar, por escrito, ao adjudicatário, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura corrigida.

5 - A falta de pagamento dos valores contestados pela entidade adjudicante, não vence juros de mora nem justifica a suspensão das obrigações contratuais do adjudicatário, devendo, no entanto, a entidade adjudicante proceder ao pagamento da importância não contestada.

6 - Desde que devidamente emitidas e observado o disposto nos números 1 a 3, as faturas são pagas através de transferência bancária para a instituição de crédito indicada pelo adjudicatário.



7 - No caso de suspensão da execução do contrato e independentemente da causa da suspensão, os pagamentos ao adjudicatário serão automaticamente suspensos por igual período.

8 - Apenas serão admitidos os adiantamentos de preço nos termos contantes do artigo 292.º do CCP.

9 - Nos termos do número 1 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, na redação atual, os contraentes públicos são obrigados, a partir de 18 de abril de 2019, a receber e a processar faturas eletrónicas no modelo estabelecido pela norma europeia respetiva aprovada pela Comissão Europeia e publicitada no portal dos contratos públicos, a que se refere o n.º 3 do artigo 299.º-B do CCP.

Cláusula 14.ª **Gestor de contrato**

1 - O acompanhamento da execução do contrato pela entidade adjudicante é assegurado através do Gestor do Contrato a designar para o efeito, o qual exercerá as competências previstas no artigo 290.º-A do CCP e, bem assim, todas as que para esse efeito lhe forem delegadas, desde que notificadas à contraparte, para conhecimento desta.

2 - Para o efeito previsto no número anterior, o Gestor do Contrato é o interlocutor privilegiado da entidade adjudicante em todas as comunicações que devam ser trocadas entre as partes no quadro da execução do contrato.

3 - A entidade adjudicante pode, a seu critério e a todo o tempo, proceder à substituição do Gestor do Contrato.

4 - No caso previsto no número anterior, as competências eventualmente delegadas pela entidade adjudicante no Gestor do contrato, consideram-se automaticamente reconduzidas no substituto.

5 - Sob critério da entidade adjudicante o Gestor do Contrato pode, em fase da respetiva execução ser constituído em equipa, desde que seja definido o interlocutor principal junto do adjudicatário e que se observem as formalidades previstas no número 3 anterior, com as necessárias adaptações.



Cláusula 15.^a **Resolução por parte da Entidade Adjudicante**

- 1 – Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a entidade adjudicante pode resolver o Contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave e reiterada as suas obrigações contratuais.
- 2 – Em substituição da resolução sancionatória prevista no número anterior, a entidade adjudicante reserva-se na prerrogativa de exigir a cedência da posição contratual do adjudicatário, nos termos previstos no artigo 318.º-A do CCP.
- 3 – Quando aplicável, a resolução contratual exerce-se por declaração fundamentada enviada ao adjudicatário.

Cláusula 16.^a **Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do Contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 17.^a **Anexos**

A descrição da prestação consta do Anexo I deste Caderno de Encargos, que dele faz parte integrante.



CLÁUSULAS PARTICULARES

Cláusula 18.^a **Objeto**

O presente Caderno de Encargos compreende as Cláusulas a incluir no Contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a aquisição de serviços de Segurança no Trabalho para a AEdP, de acordo com as especificações técnicas Anexo I.

Cláusula 19.^a **Preço base**

O preço base do presente procedimento, em conformidade com o artigo 47.º do CCP, é de **€236.975,76 (duzentos e trinta e seis mil novecentos e setenta e cinco euros e setenta e seis cêntimos)** acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Cláusula 20.^a **Prazo**

O Contrato será válido pelo prazo de **365 dias**, contado do dia seguinte ao da data da assinatura, renovando-se automaticamente por iguais e sucessivos períodos até ao limite de **1095 dias**, exceto se qualquer uma das partes, por comunicação escrita dirigida à outra, com antecedência mínima de **90 dias** a tal se opuser.

Cláusula 21.^a **Obrigações particulares do adjudicatário**

- 1 - O adjudicatário obriga-se a afetar à execução da prestação de serviços objeto do contrato, trabalhadores em regime de trabalho sem termo, podendo afetar trabalhadores em regime de contrato de trabalho a termo, desde que por período de tempo não inferior ao prazo de vigência do presente caderno de encargos, em cumprimento do disposto do número 2 do artigo 419.º-A do CCP, aplicável pela remissão do número 2 do artigo 451.º do CCP, cujo incumprimento constitui contraordenação muito grave nos termos da alínea f) do artigo 456.º do CCP.
- 2 - Nos termos dos números 3 e 4 do artigo 419.º-A do CCP, o disposto no número anterior não se aplica aos trabalhadores com contrato a termo de substituição celebrado nas situações previstas nas alíneas a) a d), do número 2 do artigo 140.º do Código do Trabalho, nem aqueles que executem tarefas ocasionais ou serviços específicos e não duradouros no âmbito da execução do contrato.
- 3 - O adjudicatário deve entregar, no prazo máximo de 5 dias, contados desde o início da vigência do contrato, um documento com a identificação dos trabalhadores que afetará à



execução do contrato e respetivo vínculo contratual. No caso de ocorrer, durante o tempo da prestação de serviço, alguma alteração dos trabalhadores inicialmente afetos à prestação do serviço, o adjudicatário deve, no prazo máximo de 5 dias a contar da data da sua ocorrência, apresentar novo documento com a identificação dos trabalhadores que afetará à execução do contrato e respetivo vínculo contratual.

Cláusula 23.^a **Penalidades particulares**

1 - Pelo incumprimento da obrigação de entrega documento com a identificação dos trabalhadores que afetará à execução do contrato e respetivo vínculo contratual, identificado na Cláusula anterior, a entidade adjudicante poderá exigir do adjudicatário o pagamento de uma sanção pecuniária de até **5% (cinco por cento)** do preço contratual.

2 - Em função da gravidade do incumprimento da obrigação anterior, ou da sua reiteração após instruções transmitidas no exercício do poder de direção por parte da entidade adjudicante tendente à respetiva observância, e apenas no âmbito do referido contrato, pode este ser resolvido a título sancionatório, nos termos da alínea b), do número 1 do artigo 333.º do CCP, sem prejuízo do disposto no número 3 desta mesma disposição legal.

Cláusula 24.^a **Proteção de dados pessoais**

No âmbito e para os efeitos do Contrato, o adjudicatário obriga-se a cumprir rigorosamente com o disposto no Regulamento 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016 relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados (“Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados” ou “RGPD”), e com as demais legislações nacionais ou internacionais em vigor relativas à proteção de dados pessoais (“Legislação de Proteção de Dados aplicável”) e, nomeadamente, compromete-se a:

- a. Prestar o seu serviço de acordo com as obrigações de proteção de dados desde a conceção e por defeito, nos termos do artigo 25.º do RGPD;
- b. Observar eventuais orientações da Comissão Nacional de Proteção de Dados;
- c. Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que a Entidade Adjudicante esteja vinculada, desde que tais regras lhe sejam previamente comunicadas;
- d. Tratar os dados pessoais a que tenha acesso na medida do estritamente necessário para os fins delimitados pelo âmbito do Contrato. Em particular, o adjudicatário não



tratará os dados pessoais para fins próprios, nem fará uso dos mesmos em qualquer produto ou serviço disponibilizado a terceiros;

e. Prestar à Entidade Adjudicante toda a colaboração que esta solicite relacionada com o tratamento de dados pessoais efetuado no âmbito do Contrato, mantendo aquela informada em relação ao tratamento de dados pessoais e obrigando-se a comunicar de imediato qualquer situação que possa dar origem ao incumprimento da Legislação de Proteção de Dados aplicável;

f. Celebrar o acordo de tratamento de dados que consta do Anexo II ao presente Contrato com a Entidade Adjudicante.



ANEXO I – CLÁUSULAS TÉCNICAS

Cláusula 25.^a **Serviços a Prestar**

São objeto da presente aquisição as seguintes atividades:

- a) Acompanhar, monitorizar e assegurar o cumprimento das medidas necessárias, para prevenir os riscos profissionais e promover a segurança e saúde dos Colaboradores no âmbito da gestão do ciclo urbano da água e das atividades de manutenção energética do município, assim como os demais requisitos de SST aplicáveis na AEdP;
- b) Analisar e validar a documentação necessária para início de trabalhos a decorrer na AEdP, bem como garantir a atualização da mesma, assegurando a atualização dos requisitos aplicáveis aos mesmos;
- c) Formar, informar e sensibilizar os trabalhadores afetos a esses trabalhos para as suas obrigações, assegurando a divulgação da informação aplicável e relevante sobre a SST;
- d) Colaborar na realização de ações de informação e sensibilização para a promoção da segurança no trabalho dos Colaboradores da AEdP;
- e) Colaborar com a AEdP na elaboração de documentação técnica e preparação de documentos internos (relatórios de visita/auditoria, procedimentos, instruções e fichas de segurança e saúde, entre outros que a AEdP venha a solicitar) e coordenar o controlo da sua correta aplicação na medida em que tenham influência na SST;
- f) Elaborar relatórios e pareceres técnicos nas várias temáticas de segurança no trabalho mediante solicitação da AEdP.

Cláusula 26.^a **Afetação de Recursos**

- a) Designação de 2 Técnicos Superiores de Segurança no Trabalho (TSST), cada um com uma afetação de 35 horas semanais, com distribuição de 7 horas diárias, de segunda a sexta-feira.
- b) A entidade adjudicante prevê a atribuição de uma bolsa de 1764 horas/ano por cada TSST afeto à prestação de serviços, sendo contabilizados apenas os dias úteis.
- c) O adjudicatário deverá solicitar autorização à AEdP, previamente e por escrito, quando pretenda proceder à substituição de qualquer elemento da equipa técnica afeta à presente prestação de serviços, com uma antecedência mínima de 5 dias úteis;



- d) O adjudicatário deverá proceder à substituição de qualquer elemento da equipa técnica sempre que se apresente impedimento por motivo de ausência programada, com uma antecedência mínima de 5 dias úteis;
- e) O adjudicatário deverá proceder à substituição de qualquer elemento da equipa técnica sempre que se apresente impedimento por motivo de ausência súbita - doença/licença – no prazo máximo de 3 dias úteis;
- f) O elemento substituto deverá corresponder ao mesmo nível de exigência pedido na fase pré-contratual sob pena de uma má execução do contrato e violação do princípio da concorrência;
- g) Sem prejuízo do disposto nas alíneas anteriores, deve ser sempre respeitada a afetação dos TSST conforme definido na alínea a) da presente cláusula, bem como o horário definido na cláusula 27.^a do presente documento.

Cláusula 27.^a **Horário**

A prestação de serviço deverá ter lugar em dias úteis, no período compreendido entre as 08H00 e as 18H00. O horário definido poderá ser sujeito a ajustamentos, em consequência de condicionantes não previstas no planeamento dos trabalhos, mediante autorização ou solicitação da AEdP.

Cláusula 28.^a **Equipa Técnica**

Deverá o adjudicatário afetar à aquisição de serviços uma equipa técnica com as seguintes qualificações mínimas:

- a) Formação reconhecida pela Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT), como Técnico Superior de Segurança no Trabalho (TSST) nível VI ou superior, com Título Profissional válido para o exercício dessa atividade, nos termos da Lei n.º 42/2012, de 28 de agosto;
- b) Certificado de Competências Pedagógicas (CCP) de Formador.



Cláusula 29.^a **Obrigações do Adjudicatário**

Sem prejuízo das atividades previstas na cláusula 24.^a “Serviços a Prestar” do presente documento, a entidade adjudicatária, obriga-se a executar as seguintes atividades:

- a) Informar regularmente a AEdP sobre o resultado da avaliação das condições de SST nos locais de trabalho sujeitos a visitas, através da elaboração de relatórios diários de visita. Os relatórios diários de visita deverão referir, sempre que isso suceda, a não deteção de não conformidades;
- b) Alertar a AEdP das não conformidades verificadas e das medidas preventivas e corretivas a implementar, com os respetivos registos fotográficos;
- c) Elaborar relatórios mensais de acompanhamento desenvolvido no âmbito das alíneas a) e b) da presente cláusula;
- d) Proceder à elaboração de relatórios e pareceres técnicos nas várias temáticas de SST mediante solicitação da AEdP;
- e) Comunicar à AEdP, logo que deles tenha conhecimento, os factos que tornem total ou parcialmente impossível o cumprimento de qualquer das suas obrigações, nos termos previstos do presente caderno de encargos;
- f) Cumprir as normas de segurança e ambientais em vigor;
- g) Enviar o registo de assiduidade de cada TSST afeto à prestação de serviço;
- h) Realizar reuniões quinzenais com a equipa de SST da AEdP;
- i) Sem prejuízo das melhorias aos procedimentos internos e demais documentos a produzir pela entidade adjudicatária e a validar pela AEdP no âmbito dos serviços contratados, e que, ademais, se procura através do know-how da entidade adjudicatária, deverá esta respeitar o disposto no Anexo I – Tratamento Proteção Dados, quanto aos dados pessoais que tratará.
- j) O adjudicatário deverá solicitar autorização à AEdP, previamente e por escrito, quando pretenda proceder à substituição de qualquer elemento da equipa técnica afeta à presente prestação de serviços conforme previsto na cláusula 26.^a - “Afetação de Recursos” do presente documento.
- k) O adjudicatário deverá identificar um recurso para proceder ao reporte da informação relevante relativamente à presente prestação de serviços junto da AEdP. Deverá, ainda, garantir que este elemento assume a figura de comunicação e partilha de informação junto da equipa técnica;



- l) O adjudicatário deve responsabilizar-se pelo pessoal afeto aos presentes serviços, nomeadamente no que se refere à aptidão médica, aptidão profissional, remunerações (incluindo prémios e bónus) e controlo de faltas (absentismo, férias, baixas, doenças e atrasos), assegurando o respetivo enquadramento hierárquico e disciplinar;
- m) O adjudicatário deverá comunicar à AEdP todos os incidentes e acidentes da sua responsabilidade, dentro de 24 (vinte e quatro) horas seguintes à sua ocorrência, sem prejuízo das comunicações obrigatórias às entidades competentes. Deverá ainda enviar à AEdP o resultado de todos os relatórios de investigação de incidentes e acidentes da sua responsabilidade, dentro de 7 dias úteis seguintes à sua ocorrência.

Cláusula 30.^a **Elementos a Entregar**

1 – A informação documentada produzida pela entidade adjudicatária deverá ser elaborada em língua portuguesa e respeitar os modelos fornecidos pela AEdP e ser entregue em formato *.pdf e em formato *.word.

2 - Constituem-se como entregáveis, entre outros elementos que possam ser solicitados, os seguintes:

- a) Relatórios diários de visita, que deverão conter:
 - Registo fotográfico
 - Identificação dos locais de visita
 - Identificação das anomalias verificadas
 - Identificação das medidas de melhoria e/ou corretivas a implementar
 - Registo de aplicação de não conformidades
 - Registo de situações reincidentes
- b) Relatórios mensais de atividades (compilação de toda a informação recolhida durante as visitas diárias);
- c) Procedimentos e instruções de trabalho no âmbito da SST;
- d) Resultado da análise e validação de documentação necessária ao início de prestação trabalhos;
- e) Relatórios e pareceres técnicos no âmbito da SST;
- f) Registo de assiduidade de cada TSST afeto à prestação de serviço.



Cláusula 31.^a **Condições de Prestação do Serviço**

- a) O adjudicatário deverá ser autorizado pela Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT) para prestação de serviços externos de Segurança no Trabalho;
- b) Consideram-se para efeitos da presente prestação, os postos de trabalho fixos ou os postos de trabalho móveis, podendo estes ser distribuídos pelas várias instalações da AEdP ou pelo município do Porto, de acordo com as necessidades da AEdP durante o período de vigência do contrato;
- c) A entidade adjudicante irá fornecer aos TSST, um perfil de acesso a uma plataforma interna que permite efetuar o acompanhamento e monitorização das atividades da AEdP, que deverá ser estritamente utilizada segundo as regras estabelecidas pela entidade adjudicante;
- d) A viatura e os encargos relativos a qualquer deslocação no âmbito deste procedimento, são da responsabilidade do adjudicatário;
- e) Não se prevê que a AEdP disponibilize um espaço nas suas instalações, pelo que todos os meios e instalações estarão a cargo do adjudicatário;
- f) Não obstante ao ponto anterior, poderá a AEdP solicitar a presença da equipa técnica nas suas instalações durante o período laboral;
- g) O adjudicatário deverá garantir os recursos materiais eletrónicos necessários para a produção dos entregáveis expostos na cláusula 30.^a - “Elementos a Entregar” deste documento, bem como, para efetuar o acompanhamento e monitorização das atividades da AEdP, nomeadamente (computador portátil, tablet e telemóvel);
- h) É da responsabilidade do adjudicatário garantir os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) necessários ao acompanhamento e monitorização das atividades da AEdP, de acordo com as regras de segurança em vigor nas suas instalações – incluindo equipamento de deteção e monitorização de atmosferas perigosas, máscaras de proteção respiratória, e equipamentos anti-queda.

Cláusula 32.^a **Prazos**

É exigido ao adjudicatário o cumprimento dos prazos a seguir apresentados, conforme Tabela 1.



TABELA 1 - PRAZO DEFINIDOS PARA OS ENTREGÁVEIS;

Entregável	Prazo (dias)
Envio dos relatórios de visita diários	Até às 12h dia seguinte
Envio dos relatórios mensais de atividade	Até ao dia 10 do mês seguinte
Resultado da análise e validação a documentação necessária ao início de prestação de serviços na AEdP	3 dias úteis após solicitação da AEdP
Procedimentos e instruções de trabalho no âmbito da SST	A definir com a equipa de SST da AEdP, aquando da solicitação, sendo estipulado um prazo máximo de 30 dias para a sua elaboração e validação
Relatórios e pareceres técnicos no âmbito da SST	15 dias após solicitação por parte da AEdP
Outros elementos que possam ser solicitados	A definir com a equipa de SST da AEdP, aquando da solicitação,
Registo de assiduidade de cada técnico	Até ao dia 10 do mês seguinte

Cláusula 33.^a Penalidades

Pelo incumprimento das atividades/obrigações identificadas no presente documento, a entidade adjudicante pode exigir do adjudicatário o pagamento de uma sanção pecuniária, de montante a determinar em função da gravidade do incumprimento, sendo esta em caso de incumprimento dos prazos de execução dos serviços contratados calculada nos seguintes termos:

- g) Pelo incumprimento das datas e prazos dos entregáveis (cfr. previsto na cláusula 32.^a), 5% do custo-hora por cada dia de atraso;
- h) Pelo incumprimento do horário compreendido entre as 08H00 e as 18H00 sem autorização da AEdP (cfr. previsto na cláusula 27.^a), 2% do custo-hora por cada hora que exceda.
- i) Pelo incumprimento da afetação de recursos nas condições definidas para a prestação de serviço (cfr. previsto na cláusula 26.^a), 5% do custo-hora;



- j) Pelo incumprimento do prazo definido para solicitação da substituição de qualquer elemento da equipa técnica afeta à prestação de serviços (cfr. alínea c) da cláusula 26.^a), 5% do custo-hora por cada dia de atraso;
- k) Pelo incumprimento dos prazos definidos para substituição de qualquer elemento da equipa técnica sempre que se apresente impedimento por motivo de ausência programada ou súbita (cfr alíneas d) e e) da cláusula 26.^a), 3% do custo-hora por cada dia de atraso;

Cláusula 34.^a **Mapa de quantidades**

A apresentação das propostas deverá apresentar a distribuição apresentada na Tabela 2.

Tabela 2 - Mapa de quantidades a preencher aquando da apresentação de proposta.

Item	Descrição do Serviço	Quantidade	Unidade	Preço Unitário	Preço Global
1	Serviços de Segurança do Trabalho	10584	Horas	(*)	(*)

(*) – a preencher pelo adjudicatário aquando da apresentação de proposta.

O número de horas definido na Tabela 2 é, meramente, uma estimativa das necessidades da AEdP, pelo que não serão pagas as horas que não tenham sido executadas ao longo do contrato.

